

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE INCLUSÃO E ABA: UMA REFLEXÃO DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

INITIAL CONSIDERATIONS ABOUT INCLUSION AND ABA: A REFLECTION FROM BASIC EDUCATION TEACHERS

Sandra Mara Broglio da Rosa¹

Patricia Dornelles Belasquem²

Elizabeth Salgueiro Lima³

Nathália Bernardes de Castro⁴

Izabel Lopes⁵

Alda Pontes Darde⁶

Maria Helena Machado⁷

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a Análise Aplicada do Comportamento (ABA) na perspectiva de professoras de uma escola pública do Rio Grande do Sul. As autoras exploram a importância da inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Básica, destacando a necessidade de uma abordagem inclusiva e multidisciplinar. O documento orientador do território de Uruguaiiana enfatiza a educação como um direito fundamental, baseado nos princípios da democracia e na promoção da inclusão social, com respeito à diversidade. O artigo se baseia em uma revisão bibliográfica da literatura, empregando várias fontes, incluindo autores, legislações e documentos orientadores do currículo escolar da Educação Básica. A pesquisa é de caráter qualitativo e se concentra na interpretação desses documentos. A análise destaca a necessidade de não excluir nenhum aluno das salas de aula, promovendo adaptações e flexibilizações para atender às necessidades individuais. O movimento global pela inclusão defende o direito de todas as crianças e estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação. A legislação brasileira, como a Lei nº 12.764 de 2012 e a Lei nº 13.146 de 2015, enfatiza a importância da intersetorialidade no atendimento a pessoas com TEA e outras deficiências. Além disso, destaca-se a necessidade de um acompanhante especializado em casos de comprovada necessidade. Por fim, o artigo enfatiza que a inclusão de estudantes com TEA é responsabilidade de toda a escola, incluindo o professor da turma regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o coordenador pedagógico e o profissional de apoio. A Análise Aplicada do Comportamento ABA é apresentada como uma abordagem terapêutica eficaz para o desenvolvimento de habilidades comportamentais essenciais em crianças com TEA, embora sua aplicação exija um ambiente estruturado. A intervenção em ABA é considerada clínica/terapêutica, mas não há obrigação legal de ter um profissional de ABA na sala de aula regular. O artigo enfatiza a importância de uma rede de apoio multidisciplinar para promover uma escola inclusiva que respeita e utiliza as diferenças em prol da aprendizagem.

204

Palavras-chave: Educação. Documentos norteadores. Inclusão.

¹ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

² Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

³ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

⁴ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

⁵ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

⁶ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

⁷ Rede Municipal de Ensino de Uruguaiiana, RS.

ABSTRACT: This article aims to reflect on Applied Behavior Analysis (ABA) from the perspective of teachers at a public school in Rio Grande do Sul. The authors explore the importance of including students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Education Basic, highlighting the need for an inclusive and multidisciplinary approach. The guiding document for the territory of Uruguaiiana emphasizes education as a fundamental right, based on the principles of democracy and the promotion of social inclusion, with respect for diversity. The article is based on a bibliographical review of the literature, using various sources, including authors, legislation and guiding documents for the Basic Education school curriculum. The research is qualitative in nature and focuses on the interpretation of these documents. The analysis highlights the need not to exclude any student from the classroom, promoting adaptations and flexibility to meet individual needs. The global movement for inclusion defends the right of all children and students to be together, learning and participating, without discrimination. Brazilian legislation, such as Law No. 12,764 of 2012 and Law No. 13,146 of 2015, emphasizes the importance of intersectionality in caring for people with ASD and other disabilities. Furthermore, the need for a specialized companion stands out in cases of proven need. The article emphasizes that the inclusion of students with ASD is the responsibility of the entire school, including the regular class teacher, the Specialized Educational Service (AEE), the pedagogical coordinator and the support professional. ABA Applied Behavior Analysis is presented as an effective therapeutic approach for developing essential behavioral skills in children with ASD, although its application requires a structured environment. ABA intervention is considered clinical/therapeutic, but there is no legal obligation to have an ABA professional in the regular classroom. The article emphasizes the importance of a multidisciplinary support network to promote an inclusive school that respects and uses differences for the benefit of learning.

Keywords: Education. Guiding documents. Inclusion.

INTRODUÇÃO

De acordo com Cunha e Mourad (2021) o estudo da educação especial inclusiva é de extrema relevância na contemporaneidade. Assim sendo, incluir estudantes com deficiência no espaço escolar, seja com altas habilidades/superdotação ou portadores do TEA ainda é um desafio evidente nas escolas da rede pública de ensino. Destarte a este desafio, é notório que nós educadores encontramos dilemas na mediação dos processos de ensino e aprendizagem, construção do conhecimento e promoção da interação entre pares.

No Documento Orientador do território de Uruguaiiana (DOTMU, 2020), a educação é firmemente estabelecida como um direito básico de todo cidadão e um bem social público. O documento enfatiza a necessidade de abordar a educação sob uma perspectiva de inclusão social e fundamentada nos princípios da democracia, destacando o respeito à diversidade e o compromisso com questões éticas, solidariedade, justiça social e sustentabilidade.

A importância da inclusão é ressaltada, com ênfase na superação de práticas de preconceito, discriminação e exclusão. Questões de classe, gênero, etnicidade, capacidades físicas e intelectuais, religião, entre outras, são consideradas como temas que devem ser abordados no

ambiente escolar, promovendo assim uma convivência social marcada pelo respeito ao outro (CROCHÍK, 2011).

No contexto da Educação Especial, o documento enfatiza a necessidade de práticas escolares inclusivas que não excluem nenhum aluno de suas salas de aula, programas ou atividades. Isso envolve a flexibilização e adaptação dos métodos de ensino para atender às necessidades individuais, estabelecendo uma ação pedagógica processual e formativa (ARAÚJO, 2003, DOTMU, 2020).

Além disso, as leis nacionais, como a Lei nº 12.764 de 2012 e a Lei nº 13.146 de 2015, enfatizam a importância da interdisciplinaridade no atendimento às pessoas com TEA, promovendo uma abordagem que abrange tanto a área da educação quanto da saúde. A referida Lei também reconhece a necessidade de acompanhantes especializados em situações específicas (BRASIL, 2012; BRASIL, 2015).

Um profissional de apoio escolar, conforme definido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, desempenha um papel crucial ao ajudar os estudantes com deficiência em suas atividades diárias, garantindo que eles possam participar de todas as atividades escolares. Essa ação deve estar em constante articulação com o trabalho do professor da sala de aula regular (BRASIL, 2015; TENÓRIO et al., 2019).

206

A ABA surge como uma das estratégias possíveis para ajudar as crianças com autismo a desenvolver habilidades essenciais. É destacado que essa abordagem requer um ambiente controlado e estruturado, com foco no treinamento de habilidades que podem ser generalizadas no contexto escolar. A avaliação prévia desempenha um papel importante na identificação das habilidades a serem desenvolvidas (SOUSA, 2020).

No entanto, não existe uma obrigatoriedade legal que garanta a presença de um profissional aplicador de ABA na sala de aula. O professor da sala regular é o mediador central no processo de inclusão, e é fundamental que a escola estabeleça uma rede de apoio multidisciplinar, envolvendo o professor da turma regular, o profissional do AEE, o coordenador pedagógico e o profissional de apoio, para garantir o sucesso da inclusão (SILVA; ALMEIDA, 2021).

Neste sentido, pensar a inclusão no espaço escolar é um desafio amplo e de muitas realidades, todavia, faz-se necessário que novos estudos e pesquisas sejam realizadas, a fim de que os profissionais da Educação Básica possam utilizar de diferentes métodos, bem como, o governo e as mantenedoras devem contribuir para o fornecimento de recursos e capacitações.

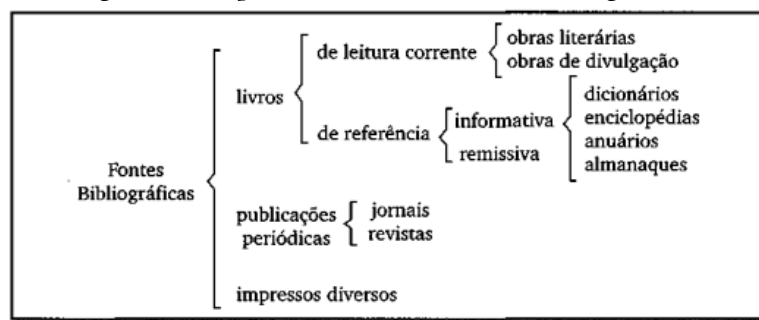
Assim sendo, apontamos a necessidade da troca de conhecimentos interdisciplinares nos diálogos que permeiam a inclusão (MIRANDA, 2016).

METODOLOGIA

Apontamos este trabalho enquanto estudo de revisão bibliográfica da literatura, pois utilizamos de diferentes autores, legislações e alguns documentos norteadores do currículo escolar da Educação Básica para embasar as discussões deste estudo. Por isso, os estudos de revisão bibliográfica são essenciais para promover novos olhares sobre o conhecimento produzido pela literatura, tanto em temas generalistas como em temas específicos.

Consideramos enquanto fonte bibliográfica todo o acervo consultado que forneceu, de alguma forma, suporte teórico e metodológico para estruturação deste artigo. Nos embasamos em Gil (2002) para o conceito e desenvolvimento desta pesquisa, tal como a representação de fontes bibliográficas em pesquisas científicas podem ser encontradas na Figura 1.

Figura 1 - Representação de fontes bibliográficas



Fonte: (GIL, 2002, p. 44).

Neste sentido, foram consultadas diversas fontes e bases de dados da literatura para compor o conjunto de materiais a serem analisados neste artigo. Todavia, como trata-se de um artigo na área da educação, não podemos deixar de mencionar que esta pesquisa é de caráter qualitativo, pois se apresenta na forma de interpretação dos documentos na perspectiva das autoras que o escrevem.

De acordo com Gil (2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Quanto ao caráter qualitativo, Gil (2002, p. 133) aponta que “Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a

categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. Assim sendo, compreendemos a importância de pesquisas qualitativas na área da educação, a fim de compor relatos de experiências e interpretações e esquematizações de educadores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço escolar tem como especificidade a construção de conhecimentos, a garantia de aprendizagens, o atendimento na interação entre os pares. De acordo com o DOTMU:

A educação é direito básico de todo cidadão e bem social público, portanto é imprescindível que seja entendida numa perspectiva de inclusão social e fundamentada nos princípios da democracia, com respeito e acolhimento à diversidade, com atenção às demandas sociais contemporâneas como ética, solidariedade, justiça social, sustentabilidade. Questões de classe, de gênero, étnico-raciais, capacidades físicas e intelectuais, religiosas, devem ser tematizadas de modo a superarmos as práticas de preconceito, discriminação e exclusão para uma convivência social caracterizada pelo respeito ao outro (DOTMU, 2020, p. 20).

No mesmo documento, ao tratar de Educação Especial:

Práticas escolares inclusivas não excluem nenhum aluno de suas salas de aula, de seus programas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. Sendo assim, flexibilizações/ adaptações são instrumentos com os quais contam os professores para oferecer um processo de ensino e de aprendizagem mais individualizado onde os objetivos, a metodologia, os agrupamentos dos alunos, a avaliação e as estratégias são estabelecidas considerando as individualidades e potencialidades, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho dos sujeitos em relação ao seu processo individual (DOTMU, 2020, p. 55).

208

Nos amparamos em Griboski et al. (2008) ao mensurar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Posto isso, os diálogos que circundam a inclusão são oriundos de uma ação política, cultural, social e pedagógica. Portanto, ação dedicada no princípio de que todas as crianças e estudantes devem estar juntos em um ambiente de ensino e aprendizagem. Desse modo, a educação inclusiva ainda é um paradigma na área da educação, pois seus valores na concepção dos direitos humanos ainda não dialogam com o que ocorre na prática, onde muitas das vezes pais de estudantes com deficiência precisam lutar para que seus filhos sejam incluídos em salas de aula e escolas regulares, que por sua vez, não possuem um suporte adequado para desenvolver o ensino.

Neste ponto, os mesmos autores citados acima, apontam que “a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (GRIBOSKI et al., 2008, p. 9). Por isso, as políticas públicas devem voltar-se para as escolas públicas e para a valorização dos profissionais da educação, permitindo que cada vez mais

os discursos e políticas inclusivas perpetuem “[...] em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação [...]”. (BRASIL, 2008, p. 1).

Também não poderíamos deixar de mencionar a importância da Nota Técnica nº 24/2013 que versa acerca da Lei nº 12764, de 27 de dezembro de 2012, que Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2013). Portanto, conforme a citação abaixo, podemos identificar que a recusa de matrícula de um estudante com deficiência, fere um princípio constitucional.

Considerando que a recusa de matrícula e o não atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes, fere o dispositivo constitucional que assegura o direito à inclusão escolar, recomenda-se que tal fato seja comunicado ao Ministério Público, bem como ao Conselho de Educação, no âmbito municipal, estadual ou federal, responsável pela autorização de funcionamento da respectiva instituição de ensino, pública ou privada, a fim de que se proceda à instrução de processo de adequação ou de descredenciamento da instituição de ensino, bem como aplicação das penalidades previstas no art. 7º da Lei nº 12. 764 ao gestor escolar ou autoridade competente que recusar a matrícula do estudante com transtorno do espectro autista (BRASIL, 2013, p. 6).

Neste sentido, o ABA entra em ação como uma estratégia de AEE voltada aos estudantes com TEA. Posto isso, é importante que todo estudante com TEA receba um acompanhamento contínuo de um profissional que utilize o método da terapia ABA para lidar corretamente com crianças e estudantes que apresentem deficiências ou necessidades educacionais especiais, regularmente matriculados na rede regular de ensino (JUSBRASIL, 2023). Neste sentido, o ABA deve ser aplicado por um profissional da área da educação/saúde com enfoque no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais. Ressaltamos que, uma equipe multidisciplinar ou até mesmo um profissional com expertise em educação, psicologia e saúde, poderão promover ações profissionais de apoio deve estar, o tempo todo, articulado com o trabalho do professor da sala de aula regular.

Tais possibilidades de aprendizagem são e devem ser repetidas por diversas vezes até que a criança autista apresente a assimilação da habilidade sem erro em diferentes situações. Nessa perspectiva, é fundamental salientar que o ABA é um programa que possibilita de forma abrangente a intervenção no desenvolvimento da criança com autismo frente as mudanças de comportamento. Porém, para o sucesso do programa, deve-se destacar que é fundamental a participação de toda a família no processo tendo em vista que garante a generalização e o aperfeiçoamento das habilidades que serão estimuladas na criança (SILVA; ALMEIDA, 2011, p. 6).

Nas palavras de Silva, Passerto e Barcelos (2022, p. 14):

O método ABA (Análise Aplicada do Comportamento), tem como objetivo desenvolver habilidades e comportamentos que uma pessoa com TEA ainda não possui. Quando ocorre a aplicação eficaz do ABA, é feito um trabalho com ajuda de professores ou terapeutas, facilitando a generalização das habilidades. Trata-se de um método que pode

ser aplicado em vários contextos da vida do indivíduo, do autocuidado à vida acadêmica. No ambiente escolar, o desenvolvimento da criança é bastante ampliado caso ela já tenha passado ou esteja passando pelo método.

De acordo com uma redação textual publicada pela Nova Escola (2023), existem muitas maneiras possíveis de abordagens de ensino voltadas para estudantes com TEA, propiciando que estas crianças possam aprender a interagir com os adultos e demais crianças, seja no convívio social ou realização de tarefas. Neste sentido, na perspectiva da Psicologia do Comportamento, o ABA surge com a possibilidade de articular diferentes profissionais na intervenção pedagógica, valorizando os conhecimentos da área da saúde e da educação no desenvolvimento de crianças com TEA. A sigla original de ABA vem do termo Applied Behavior Analysis.

CONCLUSÃO

Apontamos em finalidade conclusiva que é necessário repensar a inclusão nas escolas públicas brasileiras, a fim de que todos possam ser incluídos educativamente e socialmente no espaço escolar. Porém, falamos de uma inclusão efetiva, que vai além de somente estar no ambiente escolar, mas inclusão em termos de pertencimento, inclusão enquanto processo que se atenua nos valores cidadãos e na ética pedagógica. Neste sentido, o método ABA pode ser uma estratégia potencial dos processos de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA.

210

Portanto, o trabalho efetivo de terapeutas e professores pode ser significativo ao valorizar o conhecimento interdisciplinar na construção do conhecimento de estudantes com TEA. Assim sendo, este artigo, como o título prevê, é uma reflexão inicial, entretanto, salientamos a importância de novas intervenções pedagógicas, revisões, pesquisas e estudos envolvendo a inserção do ABA na educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial (PNEE)**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27/12/2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/588140#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990.&text=AUTOR%3A%20COMISS%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20HUMANOS,PARTICIPATIVO%20%2D%20ECD%20168%20DE%202012>. Acesso em: 27 out. 2023.

BRASIL. Nota Técnica nº 24 MEC/SECADI/DPEE de 2013. **Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146 de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Presidência da República, Secretaria-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 out. 2023.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito e Inclusão. **WebMosaica**, Revista do Instituto Cultural Judaico Marc. Chagall, v.3, n.1, (jan-jun), 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/webmosaica/article/download/22359/13016>. Acesso em: 27 out. 2023.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge; MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira. **Educação Especial Inclusiva: Diálogos da Educação Básica ao Ensino Superior**. Curitiba: Editora Reflexão Acadêmica, 2021.

DOTMU. **Documento Orientador Território Municipal de Uruguaiana**. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Ensino, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIBOSKI, cláudia Maffini; ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon; BAPTISTA, Claudio Roberto; MANTOAN, Maria Teresa Eglér; ALMEIDA, Maria Amélia; FIGUEIREDO, Rita Vieira de; QUADROS, Ronice Müller de; FREITAS, Soraia Napoleão; DUTRA, Claudia Pereira; OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento; MANZINI, Eduardo José; FLEITH, Denise de Souza. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão: Revista de Educação Especial**, Brasília (DF), edição especial, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52470/1/2008_art_rvfigueiredoacnosorio.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

JUSBRASIL. **Publicação de Claudia Hakim sobre o ABA/TEA**. Recurso digital, 2023. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/existe-lei-que-determine-a-presenca-de-um-at-em-sala-de-aula-qual-e-a-funcao-e-a-formacao-necessaria-do-acompanhante-especializado-para-um-aluno-autista/1293887788>. Acesso em: 25 out. 2023.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. (Org.). **Práticas de inclusão escolar: um diálogo multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2016.

NOVA ESCOLA. **Autismo: conheça a ABA, uma base científica para trabalhar com crianças com autismo**. Recurso digital, 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17550/autismo-conheca-a-aba-uma-base-cientifica-para-trabalhar-com-autistas>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVA, Vanderson de Sousa; ALMEIDA, Rosilene Costa de. A importância e os desafios do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. **Revista Educação**

Pública, v. 21, n. 12, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/a-importancia-e-os-desafios-do-metodo-aba-para-a-inclusao-de-criancas-autistas-na-rede-regular-de-ensino>. Acesso em: 27 out. 2023.

SILVA, Hevelyn Jordanne Rios da; PASSERTO, Rafaela Dantas; BARCELOS, Lorena Bernardes. Contribuições do método aba para a criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista da Graduação UNIGOIÁS**, Jan/Jun, v. 3, n. 1, e001, 2022. Disponível em: <https://ananguera.edu.br/wp-content/uploads/Artigo-1-3.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

SOUSA, Deborah Luiza Dias de et al. Análise do comportamento aplicada: a percepção de pais e profissionais acerca do tratamento em crianças com espectro autista. *Applied behavior analysis: parent and professional perception about treatment in children with autism spectrum*. **Contextos Clínic.**, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 105-124, abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2020.131.06>. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822020000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2023.

TENÓRIO, Luma Loreta Alves; SANTOS, Edivânia Ferreira dos; BRITO, Ada Mônica Santos; SOUZA, José Clécio Silva de. O papel do profissional de apoio no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 20, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/20/o-papel-do-profissional-de-apoio-no-processo-de-inclusao-escolar-de-alunos-com-deficiencia-fisica>. Acesso em: 27 out. 2023.